

Dólares retidos no Banco Central, por prazo indeterminado.

A centralização do câmbio começa segunda-feira. E outras medidas virão.



Os ministros na reunião do Conselho de Segurança Nacional

Por prazo indeterminado, começa a vigorar segunda-feira no Banco Central a centralização cambial. Todos os pagamentos de juros ao Exterior dos empréstimos superiores a 360 dias não poderão ser remetidos livremente, e a quantia correspondente em cruzados ficará depositada no Banco Central em nome do credor, segundo a circular nº 1.131, divulgada ontem. As remessas de lucros, dividendo e retorno de capital também ficarão controladas, mas somente até o dia 27. Novas medidas de ajuste interno da economia serão divulgadas pelo governo a partir da semana que vem.

Hoje, a partir das 12 horas, o presidente do BC, Francisco Góes, reunirá banqueiros nacionais e estrangeiros no Departamento Regional do Banco Central, em São Paulo, para dar explicações sobre a centralização do câmbio. Não estão sujeitos à retenção no BC os pagamentos de juros sobre bônus de colocação pública (**Publicly Issue Bonds**), certificados de depósitos ou obrigações de colocação pública a taxas de juros flutuantes; títulos de colocação privada, compromissos junto a governos estrangeiros e organismos internacionais; operações garantidas ou seguradas por governos ou agências governamentais estrangeiras ou por organismos internacionais; operações lastreadas em **bankers acceptances** ou **commercial papers** e juros de equalização de correntes do programa Finex. Também não estão sujeitos à centralização os pagamentos de importações.

A resolução nº 1.263 — que estabeleceu a centralização cambial das remessas de juros da dívida externa —, diz que o Banco Central determinará a forma, as condições e as hipóteses de constituição, de suspensão e de liberação dos depósitos feitos em nome

do credor, em cruzado, para futuras remessas em moeda forte. O comunicado Firce nº 198 — Decam nº 991, diz que "a contratação das operações de câmbio relativas às transferências para o Exterior de valores correspondentes a lucros, dividendo e retorno de capital dependerá do prévio exame da documentação pelo Departamento de Fiscalização e Registro de Capitais Estrangeiros (Firce)".

A circular nº 1.131, que regulamentou a Resolução nº 1.263, explica que os pagamentos de juros de empréstimos de médio e longo prazo ao Exterior não podem ser antecipados além de dois dias. A liquidação desses pagamentos será efetuada sem a transferência de moeda estrangeira, e o respectivo contrato de câmbio não será coberto para fins de remessas ao Exterior, ficando as quantias correspondentes depositadas no Banco Central a crédito de "Contas

gráficas em moedas estrangeiras", no subtítulo "Operações Simbólicas".

A última vez que o Banco Central decretou centralização do câmbio foi em 29 de julho de 1983, pela Resolução 851, em plena crise econômico-financeira do País em que

as reservas estavam esgotadas.

Bancos pequenos e até alguns grandes recorreram ontem às linhas especiais de crédito do Banco Central, diante da dificuldade de caixa gerada por saques maciços nas contas de **overnight**. Para esse fim, o BC dispõe de duas linhas de financiamento de liquidez. A primeira permite sacar até 20% das exigibilidades dos depósitos à vista e a segunda estende essa possibilidade a 50%, mas tem um prazo de sete dias com correção monetária pela LBC, mais juros.

Os saques no **overnight** foram significativos ontem, segundo informações recebidas pelo Banco Central, como consequência das persistentes boatos de que o governo

decretaria a moratória interna. Essa moratória — que viria acompanhada pela extrema — determinaria o congelamento de 60% dos saldos do **overnight**, para pagamento em dez anos.

Mais ajustes

Novas medidas para ajustar internamente a economia serão adotadas pelo governo, após a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa. Elas serão tomadas gradualmente, a partir da semana que vem. Até o dia 28 serão definidas a correção dos aluguéis, a continuidade ou não da tabela de conversão de cruzeiro em cruzado, a volta da indexação em períodos inferiores a um ano para contratos em geral, a exclusividade da pós-fixação das taxas de juros e a regulamentação do pacote agrícola.

Essas informações foram divulgadas ontem em Brasília por João Manoel Cardoso de Mello, assessor especial do ministro da

Fazenda, Dílson Funaro. Ele informou também que o Conselho de Orientação do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) se reunirá segunda-feira. Técnicos do FND disseram que na reunião será detonado o processo de investimentos do FND, "aproveitando-se a injeção de ânimo que a suspensão dos juros da dívida externa gerará na economia". Segundo os técnicos, o governo pretende, com a reunião, reforçar a sinalização na direção dos investimentos, ajudando a afastar o temor da recessão.

Cardoso de Mello também previu uma rápida recuperação do nível das reservas cambiais brasileiras. Elas crescerão pela economia mensal de cerca de US\$ 1 bilhão gastos com o serviço da dívida externa e pela recuperação dos saldos mensais da balança comercial. O assessor revelou que o desempenho da balança este mês "está bem melhor". Informou que nos 17 primeiros dias do mês, o superávit registrado pela Cacex era apenas 3% inferior ao verificado no mesmo período do ano passado. O superávit de fevereiro de 1986 chegou a US\$ 628 milhões.

Cardoso de Mello não revelou detalhes das medidas a serem anunciamas na próxima semana. Com relação à tabela de conversão, por exemplo, disse que o governo não sabe se a mantém, ou não. Mas no corpo técnico do Ministério da Fazenda existe a posição fechada pela continuidade.

A reunião do Conselho de Orientação do FND, presidido por Funaro e com a participação de vários assessores dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, definirá a sistemática de operacionalização do Fundo. Com ela, os recursos poderão ser liberados quase que imediatamente, até um teto de C\$ 5 bilhões mensais.

Junto com a moratória, um pedido: mais US\$ 4 bilhões em dinheiro novo.

pontos percentuais a projeção de crescimento do PIB, de 7% este ano.

Embora não seja um programa detalhado, mas com indicações concretas de como deve ser montada a estratégia econômica, há propostas para uma redução de investimentos adaptada à expectativa de um menor crescimento do PIB.

Conselho

A reunião do CSN foi convocada ontem à tarde pelo ministro-chefe do Gabinete Militar, general Rubens Bayma Denys, e contou com todo o Ministério e o Estado-Maior das Forças Armadas, além dos presidentes da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, e do Supremo Tribunal Federal, José Carlos Moreira Alves. A presidência do Senado foi representada pelo senador José Inácio Ferreira (PMDB-ES), em substituição a Humberto Lucena (PMDB-PB).

A Constituinte vai votar uma moção de apoio a Sarney

Segundo o líder do PDT, deputado Brandão Monteiro, a liderança do PMDB explicou que as medidas de ordem interna que o governo terá de tomar daqui para a frente vão depender das reações externas. "Se aceitarem negociar e colocar dinheiro novo no Brasil, o governo recomeçará a parar imediatamente", disse Brandão.

O líder do PT, Luís Inácio da Silva, salientou que seu partido apoia a medida, ressaltando contudo que seu partido propõe suspender o pagamento de toda a dívida e realizar uma auditoria ampla nas contas externas, para "desnudar a dívida externa perante a sociedade brasileira".

Também o líder do PDS na Câmara, deputado Amaral Neto, garantiu que o seu partido "não vai criar nenhum problema para o governo a nível internacional".

O governador Orestes Queríca defendeu a decisão do governo, dizendo: "Temos de debitar a atual dívida no regime que em 74 iniciou um grande processo de endividamento externo".

Também o governador eleito do Paraná, Alvaro Dias, manifestou apoio à medida, mas achou que teria sido mais positiva se adotada antes.

Os economistas, pedindo mais sacrifícios.

A suspensão do pagamento dos juros de dívida externa não é nenhuma surpresa e a situação do País no futuro próximo vai depender da reação dos banqueiros internacionais. De qualquer forma, o governo precisa estabelecer imediatamente um programa de ajuste da economia, que certamente exigirá sacrifícios de todos.

Roberto Macedo, diretor da Faculdade de Economia da USP e presidente da Ordem dos Economistas de São Paulo, explicou que a minimoratória já era esperada e "torna-se necessário um plano de ajuste, já que não queremos a volta ao Fundo Monetário Internacional". O plano precisa ter o controle de preços, efetuar a desindexação da economia a médio prazo, colocar em vigor uma nova política fiscal e monetária. Conter a demanda não basta. É preciso carregar a poupança para investimentos produtivos, privilegiar as exportações e frear as importações. E, principalmente, conter os altos índices de inflação, responsáveis pelo aumento das taxas de juros.

Paul Singer, professor de economia da USP, só espera que o governo mantenha alguma reserva cambial. Singer não vê perspectivas a curto prazo, e as repercussões para o Brasil vão depender da reação dos credores que, na melhor das hipóteses, pode ser neutra e, na pior, pode significar a retirada dos créditos a curto prazo, significando dificuldades ainda maiores.

A crise no abastecimento poderá agravar-se, na visão de Singer, em razão da necessidade de diminuir importações e das divergências quanto a preços. Singer disse que parece não existir um plano definido

para enfrentar a situação, pois há apenas uma série de balões de ensaio — como o de reengomelamento ou de uma trégua.

A medida adotada ontem vem com atração, na opinião de Wilson Cano, professor titular da Faculdade de Economia da Unicamp. As dificuldades eram previstas desde o ano passado e o governo deixou de tomar medidas que poderiam evitá-las, em virtude de contingências políticas. A situação agravou-se em consequência da quebra dos preços de nossos principais produtos no mercado internacional e pela queda das nossas exportações.

"Os próprios banqueiros sabiam que era impossível para o Brasil continuar pagando o serviço da dívida", disse Cano. "Não acreditam em retaliações dos banqueiros, porque a economia brasileira é muito importante e porque se elas ocorrerem poderiam agravar a situação, fazendo com que o Brasil seja obrigado a endurecer sua posição, decretando a moratória, levando outros países endividados a fazermos o mesmo."

O economista e atual secretário da Agricultura de São Paulo, Gilberto Dupas, disse:

"O voltamos a gerar excesses exportáveis, ou teremos de fazer uma forte contenção da demanda interna, que resultaria no arrocho, ou apelar para a maxidesvalorização, que levaria à recessão e à inflação", disse Dupas.

Para o presidente do Conselho Regional de Economia, Carlos Eduardo Ferreira Lobo, a minimoratória só será positiva se o governo exigir dos credores condições mais realistas em face da economia mundial.

Os sindicalistas, de novo, prevendo recessão.

"Não era isso que os trabalhadores queriam. Nós defendímos a suspensão do pagamento da dívida quando ainda tínhamos dinheiro para ser gasto internamente. Agora, o que estão pretendendo não é um ato de heroísmo. Um empresário nessas condições teria cometido o suicídio." Esta é a opinião de Ricardo Baldino, da CGT (Central Geral dos Trabalhadores), sobre a decisão anunciada ontem pelo presidente José Sarney.

Para Jair Meneguelli, da CUT (Central Única dos Trabalhadores), o governo jamais terá o apoio da entidade "em medidas que signifiquem desemprego, mesmo porque fiz exatamente o que não desejávamos que

fizesse: esgotou as nossas reservas cambiais, para atender aos interesses dos banqueiros internacionais; e agora caminhamos para o arrocho e a recessão".

O diretor do Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos), Walter Borelli, lembrou que o governo precisa responder a estas indagações: se as reservas cambiais teriam sido sabotadas graças à ação de alguns exportadores, que estariam segurando as exportações à espera de uma maxidesvalorização; e de outros, que estariam praticando o subfaturamento, conforme denúncia de um diáriro do Rio de Janeiro.

Opinião de um especialista: pode ter sido uma boa idéia.



BC promete não intervir sobre títulos públicos ou privados

O presidente do Banco Central, Francisco Góes, comunicou ontem à tarde à direção da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro que o governo não adotou qualquer medida compulsória sobre títulos públicos ou privados. A informação teve por finalidade de eliminar boatos que circularam intensamente no mercado financeiro, segundo os quais o governo determinaria uma espécie de moratória interna, congelando os depósitos a vista e das cédulas de poupança, além de não resgatar os títulos públicos.

Kaletsky entende que os banqueiros prejudicados podem tentar impedir que seus governos continuem financiando importações brasileiras, mas que esse mesmo governo seria pressionado pelas indústrias que vendem ao Brasil. Como os governos continuariam recebendo normalmente seus juros, nada teriam a oport.

No segundo, o colunista explica que a diferença entre o que teria de ser pago de juros e taxas — cerca de 13 bilhões de dólares ao ano — e a possibilidade de entrada de dinheiro novo no país — em torno de 3,5 bilhões de dólares — daria um ganho bruto aproximado de 10 bilhões de dólares ao país se optasse pela moratória.

Com esse quadro nas mãos, ele escreve que seria apenas uma questão de tempo que o governo aprovasse a moratória. E também que propunha um refinanciamento em prazo maior, 30 anos por exemplo, e juros fixos.

Na previsão de Kaletsky, o País continuaria pagando os juros às agências como

Os empresários aguardam novas decisões

Muita expectativa sobre as medidas que o governo vai adotar, a partir de agora, como forma de recuperar a economia do País.

Este era o clima reinante, ontem, entre vários empresários de São Paulo, os quais mantêm a esperança de que o presidente da República consiga acalmar a onda de boatos que confunde os investidores, inclusive estrangeiros, e tenha a firmeza necessária para conduzir o País no rumo certo. Há unanimidade no sentido de que a moratória deve ser praticada apenas como uma solução temporária. E, ainda assim, de que não deve faltar diálogo com os credores para que o remédio escolhido não acabe asfixiando a economia.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, era um dos que aguardavam, com ansiedade, o pronunciamento do presidente José Sarney, prometendo voltar a falar depois. Reafirmou, no entanto, através da assessoria de imprensa, que a Fiesp é favorável à moratória, nos termos propostos pelo governo brasileiro, desde que o diálogo, inclusive com os empresários, não seja interrompido. Há um desejo, segundo afirmou, ontem, Eurico Korff, vice-presidente da Fiesp, de que "a solução seja transitória e sejam tomadas as providências para colocar nossas contas em ordem".

É necessário, segundo Korff, que os credores recebam a moratória com compreensão e evitem problemas maiores ao Brasil, interrompendo, por exemplo, as importações, pois é disto que vai depender, em grande parte, a manutenção do processo produtivo que garantirá a normalidade. Não existe, por parte do governo brasileiro, na opinião de Thomas Kovari, diretor-superintendente da Microdigital, qualquer intenção de calote. "Se assim fosse, a moratória seria adotada há dois anos, sem que o

País precisasse desembolsar cerca de US\$ 20 milhões."

Não há dúvidas de que os credores vão entender a situação do Brasil, segundo Rolf Löechner, diretor-superintendente da Bayer do Brasil e presidente da Câmara de Indústria e Comércio Brasil-Alemanha. Os banqueiros internacionais, diz ele, não querem o colapso de ninguém, mas vão exigir alguma coisa em troca da aceitação da moratória. Vão querer saber, por exemplo, o que o governo brasileiro tem a propor para que sua economia se recupere e o País volte a pagar suas dívidas.

A moratória, como disse o vice-presidente da Fiesp, "não é uma solução desejável, mas a única possível e viável a curto prazo". É preciso, no entanto, acrescenta o superintendente da Bayer, que também é presidente do Conselho das Câmaras de Comércio do Mercado Comum Europeu, que o governo brasileiro reflita sobre as causas da crise que levaram o País a apelar para esse tipo de solução.

As empresas estrangeiras instaladas no Brasil e que já têm uma certa tradição, segundo Löechner, vão continuar no País, tocando todos os projetos já programados. Os novos investimentos é que serão diminuídos, segundo ele, a partir da moratória.

O vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Paulo Vellinho, afirmou que "quem consegue tentar impor aos credores internacionais uma moratória técnica (que ele chama de moratória unilateral perfumada) pode chegar com mais força aos pobres tomadores nacionais e aplicar uma moratória interna". Em Blumenau, o presidente da Confederação Nacional das Microempresas, Pedro Cascaes, disse que "estamos muito apreensivos".

Hoje pela manhã, no Instituto do Coração, ele se submete a um novo exame. É certo entretanto que ele reassumirá suas funções, em Brasília, na próxima segunda-feira.